

Terapia ocupacional e cultura: dimensões ético-políticas e resistências

Marina Sanches Silvestrini^a , Carla Regina Silva^b , Ana Carolina da Silva Almeida Prado^a 

^aUniversidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

^bDepartamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

Resumo: Este texto reflexivo propõe discutir a cultura como termo polissêmico e intrínseco à vida dos seres humanos e para o desenvolvimento de quaisquer sociedades. Reflete sobre a racionalidade neoliberal atrelada ao modo social de produção capitalista que afeta a economia e a política. Mas também, a produção de sentidos, os desejos e as formas de se relacionar com o mundo, impactando diretamente as atividades humanas, os cotidianos e a realidade que nos cerca. Assim, tem-se a intenção de provocar e questionar, a partir de uma perspectiva crítica, como a terapia ocupacional pode se articular na busca por construir possibilidades de cuidado, emancipação, participação e cidadania de sujeitos-coletivos múltiplos. Defende-se que terapeutas ocupacionais que assumem o compromisso ético político de lidar diretamente com as demandas culturais e sociais, sobretudo a partir de uma perspectiva crítica, são capazes de criar coletivamente e potencializar movimentos de resistência contra hegemônicas.

Palavras-chave: *Cultura, Terapia Ocupacional, Políticas Públicas, Neoliberalismo.*

Occupational therapy and culture: ethical-political dimensions and resistances

Abstract: This reflective work proposes to debate of culture as a polysemic term and intrinsic to the life of human beings and the development of any societies. It reflects on the neoliberal rationality tied to the social model of capitalist production that affects the economy and politics and also on the production of meanings, desires, and ways of relating to the world, directly impacting occupations, human activities, daily life, and the reality that surrounds us. Thus, it intends to provoke and question, from a critical perspective, how occupational therapy can be articulated in the quest to build possibilities of care, emancipation, participation, and citizenship of multiple collective subjects. Occupational therapists who take on the ethical-political commitment to dealing directly with cultural and social demands, especially from a critical perspective, can co-create and strengthen against hegemonic and resistance movements.

Keywords: *Culture, Occupational Therapy, Public Policy, Neoliberalism.*

Autor para correspondência: Carla Regina Silva, Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, Rodovia Washington Luís, Km 235, CEP 13565-905, São Carlos, SP, Brasil, e-mail: carlars@ufscar.br

Recebido em Jun. 1, 2018; 1ª Revisão em Set. 10, 2018; 2ª Revisão em Fev. 14, 2019; Aceito em Mar. 1, 2019.



1 Apresentação

Pensar a terapia ocupacional no cenário atual, considerando as dimensões políticas e econômicas, é um desafio e uma necessidade ética. Quais as possibilidades e estratégias que temos desvelado para lidar com a racionalidade neoliberal? Esse é um dos questionamentos que impactam o cotidiano, quando se adota um posicionamento crítico e reflexivo. Manter o foco em práticas e proposições inclusivas que acolham, agreguem e produzam potência em meio uma racionalidade contemporânea que fragmenta, insiste na individualização e desvalorização de grande parte da vida humana, tais abordagens podem representar resistência às hegemônias que nos guiam.

Este ensaio trata-se de um convite reflexivo, a partir da terapia ocupacional crítica na interação com a cultura, na busca por construir possibilidades de cuidado, emancipação, participação e cidadania de sujeitos e coletivos múltiplos. Assim como, podemos pensar a atuação do terapeuta ocupacional em prol da emancipação das pessoas e comunidades, do fortalecimento de espaços para a criação conjunta de estratégias de superação das violações e degradações humanas (SILVA et al., 2016).

Para tanto, este ensaio apresenta três cenários reflexivos e um fechamento. O cenário inicial discute o campo da cultura a partir da conceituação, suas dimensões cidadã, simbólica e econômica e proposições contra hegemônicas, produzindo valor na diversidade das existências como potência de resistência.

O segundo cenário nos convoca a refletir sobre os processos econômicos e históricos, princípios e discursos do neoliberalismo à sua racionalidade implicada nos cotidianos e vidas humanas. Assim, se estende o convite para terapias ocupacionais engajadas, no cuidado e na preocupação com o outro e com os acontecimentos da vida dos sujeitos e coletivos, para que de forma crítica e consciente possam atuar e resistir neste contexto.

No terceiro momento, é proposto uma reflexão sobre as resistências: aos discursos únicos, aos formatos rígidos, às tentativas de controle do pensar e do sentir. Para novas composições, revelam-se possibilidades conectivas para uma terapia ocupacional que seja: consciente, crítica e diversa, capaz de ampliar conceitos e fazeres, sustentar práticas culturais, sociais, comunitárias e responsáveis com intuítos de minimizar os processos de exclusões e desigualdades.

O ensaio finaliza com propostas, reflexões e conexões inter-relacionadas para sugerir caminhos e continuidade de um pensar/fazer/criar terapias

ocupacionais contra hegemônicas, situadas e engajadas com a complexidade do cenário atual e das relações humanas.

2 Cultura: Conceitos, Dimensões e Fazer Política

Muitas são as possibilidades e construções que poderiam ser descritas para um debate acerca dos significados e conceitos sobre cultura no decorrer dos tempos e seus recortes históricos, sociais, políticos, entre outros. Ressalta-se que o repertório conceitual e teórico aqui empregado aproxima as dimensões e debates da cultura frente aos desafios macro político e econômicos interconectados, pelos quais embasam e incitam saberes e fazeres conscientes, engajados e situados perante problemáticas sociais atuais e urgentes.

Thompson (2000) ressalta que não é possível a existência sem cultura e sugere as concepções culturais como descritiva e simbólica. A primeira estaria interessada sobre as crenças, os valores e as práticas de um povo, sociedade numa determinada época. A segunda se declina sobre os fenômenos da vida humana, comportamento, espírito e ações.

Bauman (2012) defende que o termo cultura não pode ser empregado sem que seja avaliado como “conceito”, “estrutura” e “práxis”, nos dedicaremos a compreensão conceitual e da cultura como práxis, a partir da análise de sua pertinência para a reflexão que se pretende produzir para este ensaio, para a terapia ocupacional.

Como práxis a cultura humana acontece na constituição do ser pela criatividade, a ação de criar que enriquece a experiência humana. Como modo de práxis, a cultura é ao mesmo tempo conhecimento e interesse por buscas de significados e aprendizagens sobre o mundo (BAUMAN, 2012). O autor ressalta que nessa categoria, a cultura se faz na aplicabilidade, no acontecimento cotidiano, por isso a escolha está na relação tão intrínseca com o viver, nas suas mais criativas, intensas e diversas formas e formatos sobre/no mundo (BAUMAN, 2012).

Como conceito, Bauman (2012) relata três categorias: hierárquico, diferencial e genérico, mas acreditamos que devido à complexidade da cultura, como teia da relação e modos de vida, o conceito genérico é o que dialoga mais amplamente à ideia conceitual deste trabalho. Para Bauman (2012), a cultura poderia ser conceituada como atividade humana: os arranjos e rearranjos das ações, compondo material cultural que está em constante transformação e modificação.

No cenário atual da liquidez, as propostas perdem rapidamente o valor, a obsolescência programada e a percebida marcam as produções e o consumo imediato e inconsciente que objetificam as relações, produzindo descartes de materiais, pessoas, recursos naturais e tempo.

“Volátil e efêmera, hoje nossa experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente sentido como instante fugaz” (CHAUI, 2008, p. 62). Nesse contexto, a cultura também é limitada por uma lógica motriz incessante a qual ressalta que temos clientes a servir, desejos para serem criados, neutralizando a possibilidade de satisfação (BAUMAN, 2013).

Bauman (2012, p. 40) discorre sobre o perigo, neste cenário, da cultura como “fortaleza sitiada”, ou seja, como motivação para imperialismos e colonialismos, para a construção de inimigos e muros, justificando depreciações e aniquilações. Contudo, o autor cita que mesmo em meio a todos os desafios expostos, trabalhar a reflexividade sobre a dimensão cultural na atualidade é algo imprescindível para repensar e reinventar possibilidades, pois, a cultura pode sobreviver à desvalorização do ser e ao declínio da diversidade na era do uso, abuso e descarte (BAUMAN, 2013).

Santos (2006, 2014) nos apresenta uma perspectiva de pensamento que deflagra o projeto de contradição e dominação econômica, política e epistemológica entre Norte e Sul, que não se refere à representação geográfica, mas à sua geopolítica. Sua perspectiva contribui para a compreensão da cultura intrínseca às dimensões econômicas, políticas e epistemológicas cujas epistemologias dominantes sustentam e reproduzem a dominação capitalista, colonial e patriarcal.

Epistemologia é toda a noção, ideia refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior das relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias (SANTOS; MENESES, 2010, p. 9).

Considerando que as políticas sociais também são pautadas pelas dimensões conceituais, pelas disputas de sentido nos discursos hegemônicos e pelos domínios da compreensão cultural e popular. Elas, por sua vez, podem interferir nos processos de apreensão, compreensão e ação que dissemina a

cultura em uma da comunidade. Assim, a relação da cultura está diretamente atrelada à produção de saberes, organização da vida social, implicada à vida humana.

Na disputa pelo discurso que ampliaram a cultura para as políticas culturais no Brasil, tivemos a construção de pressupostos diversos que expressam as dimensões cidadã, simbólica e econômica da cultura, no Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2013), no qual define o campo da cultura, suas epistemologias e conceitualizações democráticas.

No caso da dimensão *cidadã*, se compreende a “[...] cultura como um direito básico do cidadão” (BRASIL, 2013, p. 17). As atividades culturais podem potencializar propostas de inclusão e de participação sociocultural de populações em situação, ou em risco e vulnerabilidade, assim como, favorecer a atuação dos sujeitos e coletivos na sociedade, como atores e mediadores desta.

A dimensão da cultura como direito

[...] situa os sujeitos culturais para além de sua condição de consumidores, espectadores ou contribuintes, mas os considera sujeitos políticos, trabalhadores da cultura, cidadãos responsáveis pelo trabalho de criação cultural (VILUTIS, 2009, p. 24).

Na dimensão *simbólica*, “[...] todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos” (BRASIL, 2013, p. 16). Através da contextualização de produtos e de valores estéticos a atitude multiculturalista é desenvolvida e reformulada (CASTRO; SILVA, 2007). Essa dimensão destaca:

[...] o papel do sujeito, agente, produtor, criador de cultura como sujeito de sua própria prática, autor de sua própria narrativa, criador de sua memória e expressão de sua identidade. [...] cabe destacar a importância dos processos pelos quais as culturas são produzidas, considerando os diferentes elementos que compõem suas lutas políticas e as raízes de suas criações culturais. Nesse aspecto, os bens simbólicos ocupam espaço significativo na disputa de hegemonia e na construção de um poder contra hegemônico (VILUTIS, 2009, p. 24).

Os símbolos são as produções cotidianas do fazer e sentir humano, materiais ou imateriais, os projetos simbólicos expressam a existência de um sujeito ou coletivo, suas marcas de vida e, como também, as diferenças que se revelam como potência na perspectiva da cultura.

Sodré (2017) recupera nossa trajetória de crises e rupturas nas políticas culturais e aponta que o estágio atual requer não apenas um esforço para demonstrar a diversidade cultural, mas para dar autonomia e voz à essa diversidade, “[...] usar a tecnologia do povo – corporeidade, artesanaria, saberes – de dentro para fora” (SODRÉ, 2017, p. 20), constituindo uma política realmente simbólica e contra hegemônica.

A terceira dimensão, trata-se do vetor *econômico* como a interação entre as forças da criação, produção, circulação e consumo culturais plurais e democráticos visando conseguir promover a “[...] sinergia capaz de alavancar um desenvolvimento endógeno que, por sua vez, permitiria ao Brasil, uma nova alternativa de crescimento” (BRASIL, 2011, p. 14), voltada para as localidades, para as populações, de forma sustentável e inclusiva, ou seja, uma articulação que valoriza os modos de vida.

Embora ressaltamos a significância da cultura como símbolo, cidadania e forma de organização econômica e social inclusiva, entende-se que essas dimensões estão implicadas e inter-relacionadas. Para promover tais dimensões da cultura é necessário o interesse das diferentes esferas políticas para legislar, promover e garantir direitos capazes de promover ações que sustentem a cultura a partir desta perspectiva plural.

Contudo, temos que as políticas culturais no país ainda são extremamente embrionárias e insuficientes para a promoção da cultura nestas dimensões, além de recentemente terem sofrido com o rompimento de um projeto político ideológico e encontra-se ainda mais submetida às demandas da racionalidade neoliberal.

Augustin (2011) nos leva a reflexão acerca da construção das políticas culturais pautadas pelo contexto neoliberal, em que o caráter de inclusão e democracia cultural, em parte dos casos perdem o foco para o mercado e acabam corroborando com a manutenção do *status quo*¹ e o agravamento do abismo social existente.

Como alternativa às consequências inerentes aos processos de mercantilização das políticas, Sodré (2017, p. 21) argumenta que para as políticas superarem as relações de mercado, para a real “[...] promoção de relações dialógicas entre Estado, sociedade global e formas plurais de existência”, se faz necessário a apropriação de territórios e a participação coletiva na governamentalidade dos indivíduos.

A crise recente, tomada pela direção neoliberal, pode ter nos desvelado uma situação de apatia das políticas e do Ministério da Cultura que precisa ser enfrentada, mas também, mobilizou a capacidade

de resistência e foi reconhecida a politização deste campo que cresceu e amadureceu desde a ditadura, compondo processos de reivindicações presentes nas memórias da cultura política do país (BARBALHO, 2017).

Observa-se que a cultura como conceito de dimensões ampliadas articula-se à vida humana de forma intrínseca e deve ser considerada com maior relevância pelo cenário político. Como também, sendo categoria de resistência perante a lógica atual neoliberal, a militância pela cultura como direito essencial é fundamental. Atuar consciente na terapia ocupacional demanda engajamento também no contexto cultural, considerando suas pluralidades, dimensões e usos políticos e econômicos. Trata-se de fomentar novas conexões potentes para cidadania ampliada e expressões plurais dos modos de vida com respeito e desejo à diversidade (LIMA, 2003).

3 Consciência Macroestrutural para o Engajamento das Práticas

Neste ensaio, destaca-se a compreensão macrosocial de lógicas a qual estamos inseridos, submetidos e reproduzimos através de diversos mecanismos cotidianos.

As consequências fluem como normas de orientação de uma cartilha neoliberal instaurada e que orienta mercados, instituições, Estados e governos, que de forma perversa, conseguem abarcar todas as dimensões da vida humana e reproduzir suas insígnias como um processo natural da visão desenvolvimentista.

Agimos como se os aspectos advindos dessa racionalidade fossem não menos que necessários e as características mais trágicas, exclusão, invisibilidade, marginalidade, vulnerabilidade, violência, tivessem que ser

[...] devidamente assimiladas por nossas sociedades como *naturais*, *inevitáveis* e até mesmo *desejáveis*, ainda que representem uma ampliação sem precedente de degradação das condições humanas e ambientais de sobrevivência no planeta (ZORZAL, 2006, p. 7, grifos do autor).

Através do liberalismo econômico, foram se intensificando os padrões de consumo e mercado como pilares básicos e já na década de 1970 começa a ser desenhado na economia mundial um novo modelo neoliberal, que epidemicamente penetrou em todas relações cotidianas e mais intrínsecas da vida humana (DARDOT; LAVAL, 2016).

Tal ordem se ampliou de forma praticamente irreversível no que se intitulam as desigualdades sociais, “[...] para o neoliberalismo, a exclusão é um componente de modernização encarregada ao mercado” (CANCLINI, 2003, p. 23).

Para Antunes (2009), esse fenômeno é descrito como formas concretas de “(des)sociabilização humana”, já que produz relações de trabalho e sujeitos obsoletos ao atual modo social de produção. Sendo assim, como alternativa às crises do capital, ocorrem profundas mutações sociais, resultando em um processo de precarização das relações sociais e de trabalho.

A expressão das mutações descritas por Antunes (2009) e suas formas de “(des)sociabilização humana”, mesmo que à partir de referenciais diferentes, dialogam com a reflexão proposta por Dardot e Laval (2016). Pois, para os autores, a transição do liberalismo para a o neoliberalismo ocorreu devido a muitos aspectos, porém pode-se dizer que o epicentro dos debates se situa no fator da governabilidade², como aspecto para o desenvolvimento do capitalismo em si. As sociedades e suas trocas contratuais não são eficazes para cuidar do mercado, o Estado deve existir e se fortalecer com esse objetivo (DARDOT; LAVAL, 2016).

[...] [o neoliberalismo] propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido emancipando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos de propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2008, p. 12).

Destarte, Dardot e Laval (2016, p. 17) definem

[...] o neoliberalismo como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo princípio universal da concorrência.

Tal concorrência, age nas relações e constructos exteriores e interiores dos sujeitos, o que evidencia o cerne do individualismo atual (DARDOT; LAVAL, 2016).

Assim, essa lógica mantém o fluxo do capital alinhado às ações individualizadas das pessoas que agem como alavanca controladora dessa grande máquina e encontra nos sujeitos as engrenagens que produzem para satisfazer as necessidades do arranjo do conjunto (DARDOT; LAVAL, 2016).

Harvey (2008) cita que a liberdade individual estaria transvestida pela liberdade de mercado que

reflete a própria essência do pensamento neoliberal. Existe, portanto, uma falsa liberdade, perversa, que rege a vida dos sujeitos e que é um pressuposto para a manutenção e retomada cada vez mais ampla do acúmulo ativo do capital em todos os aspectos e relações da vida. Tem-se aqui o retorno do “*laissez-faire*”³, de forma muito mais perversa e utilizando os seres humanos e seus desejos como propulsor ideológico e de produção (HARVEY, 2008).

As condições sociais e de vida severas e precárias são mantidas pelos próprios sujeitos em um mecanismo perverso. Tal engrenagem que reúne princípios de flexibilização, individualismo, especialização é gerida pelo eixo central das relações: a competição sempre, em todas as instâncias do trabalho, da vida e das relações humanas (DARDOT; LAVAL, 2016).

Desta forma, temos sujeitos não apenas adaptados e hábeis para essas condições, como reprodutores e desejantes dela, reforçando as capacidades para competir e vencer a concorrência como um mercado de si mesmo. Toda a sociedade passa a ser uma empresa, assim como o próprio Estado, que devem ser aptos à concorrência. A responsabilização única e exclusiva de si acontece para que o modo de sobrevivência pautado no empreendedorismo competitivo aconteça com efetividade. Um falso ensejo de liberdade e de poder de escolha é mascarado pela instabilidade que constantemente permeia o cotidiano de pressão individual pelo sucesso ou fracasso (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nesse sentido, o neoliberalismo instituído nas formas de subjetivação dos sujeitos será uma fábrica de produzir desejos e sujeitos de modelagem industrial, flexíveis, fluidos, imprecisos e individualistas (DARDOT; LAVAL, 2016). A racionalização da burocracia e a “livre escolha” ou dita liberdade de “fachada” garantem o discurso único e dominante, que nega a diversidade para poder acontecer funcionalmente, como tecnologia de controle.

Dardot e Laval (2016, p. 361) discorrem sobre o “*neosujeito*”, criado e envolvido pelos princípios e pela racionalidade neoliberal, porém com características trágicas de comportamento, personalidade e cultura, isolado, desmoralizado ao competir incessantemente, possui a patologia da insuficiência, na qual nunca consegue atingir suas metas concretas ou simbólicas e acaba corroído por si e em si.

Processos que interferem diretamente nas ocupações, atividades e relações humanas em contexto globalizado, com intensidades e repercussões distintas. Como construir projetos de vida significativos e potentes, relevantes socialmente, sustentáveis econômica e ecologicamente, priorizando a potência da diversidade

humana e priorizando a vida? Questão pertinente também à terapia ocupacional neste cenário complexo e urgente.

Santos (2001) afirma que vivemos em uma sociedade globalizada sustentada por fábulas, pois a disputa ideológica e de discurso marcam as lutas de poder. Afinal, o que somos *versus* o que deveríamos ser, a realidade *versus* a realidade interpretada pela lógica capitalista, pois há inúmeras dimensões arbitrárias e contrárias. Por exemplo, prega-se globalmente sobre a facilidade de interação e comunicação acelerada, em contraponto temos um mundo cada vez mais fragmentado e desunido (SANTOS, 2001). O autor também enuncia a ‘fábrica de perversidades’, entendendo que este contexto atual e globalizado prega sistemicamente a meritocracia e a competição desenfreada e a qualquer custo (SANTOS, 2001).

Bauman (2015) também denuncia as ilusões pregadas como dogmas centrais a serem seguidos para o bom funcionamento dos fluxos econômicos. Uma mentira fundante está na crença de que o crescimento econômico é a única maneira de lidar com as questões evidenciadas pela vida humana, de convivência e sobrevivência, sendo que outra grande farsa está na proposição de que o

[...] aumento permanente do consumo, ou a rotatividade acelerada de novos objetos de consumo talvez seja a única ou, pelo menos, a principal e mais efetiva maneira de satisfazer a busca humana de felicidade (BAUMAN, 2015, p. 40).

Percebe-se que não há felicidade gerada apenas materialmente, sendo que nós, seres relacionais, sensíveis, culturais e criativos, precisamos apostar nas reflexões e fazeres que vão muito além do ato de comprar e consumir para a plenitude da vida. Outro apontamento de Bauman é sobre a fraude que afirma que a “[...] desigualdade entre os homens é natural” (BAUMAN, 2015, p. 40) e que a rivalidade entre os homens é o que mantém a ordem social.

O mundo se torna cada vez mais pautado através de um perigoso discurso único, hegemônico e dominante, que gera condições de existência inaceitáveis dentro dos padrões desse modelo (ADICHIE, 2009).

Dagnino (2005) aponta que encontramos hoje muitas relações de conflito e antagonismos que tentam ser diluídos e encobertos por uma aparente homogeneidade de discurso, porém já foram expostos como alternativa: construir políticas sociais, movimentos sociais e culturais antagônicos ao processo do discurso neoliberal e fortalecendo os processos democráticos e quiçá construindo novas formas de gestão e organização social.

A compreensão e reflexão crítica do contexto macroestrutural e seus processos de subjetivação para a produção de novas inteligibilidades⁴ que acarretam nas formas atuais de governamentalidade, como descritas por Dardot e Laval (2016), ou em novas formas de (des)sociabilidades, como descrito por Antunes (2009), se tornam, para além de fundante, estratégico na produção de conhecimento e prática da terapia ocupacional.

Nesse sentido, terapeutas ocupacionais podem contribuir na produção de estratégias, reflexões e práticas contra hegemônicas, anticoloniais, anti heterocispatriciais e antirracistas na busca pela ruptura e superação dos impactos gerados pelas práticas hegemônicas e violentas, nos modos de vida e relações humanas. Entende-se a importância da busca pela justiça, equidade e respeito à diversidade humana e ambiental, cujas transformações passam necessariamente pela dimensão cultural das vidas humanas (SANTOS, 2006, 2014).

4 Resistir e Fortalecer os Modos de Vidas Diversos

Ciertamente los momentos de crisis son momentos de oportunidad, si hacemos que así lo sean. Lo que está claro es que no podemos permitirnos es el inmovilismo, es tiempo de emprender nuevos caminos sin abandonar lo que la profesión está haciendo bien, que es mucho. No es fácil adentrarnos en caminos desconocidos, pero a veces es la única solución (SIMO ALGADO; OLLER, 2013, p. 17).

Dada as considerações sobre o contexto neoliberal, potencializar sujeitos e coletivos, sobretudo aqueles que sofrem os efeitos diretos e mais drásticos da racionalidade neoliberal, faz parte da ação terapêutica-ocupacional. Afinal, ressaltamos a terapia ocupacional como profissão cujas raízes têm suas referências traçadas por um histórico em prol da vida, do cuidado do outro, do respeito às diversidades e diferenças, da garantia e ampliação dos direitos sociais e humanos.

Ademais, a terapia ocupacional

[...] é um campo de práticas e saberes constituído historicamente para responder às problemáticas relacionadas a populações que, por razões diversas, sofreram a ação de processos de exclusão (LIMA, 2003, p. 65).

Apesar de atualmente a terapia ocupacional estar apta para o trabalho com qualquer população, não apenas as excluídas, ressaltamos as populações que

sofrem os efeitos mais diretos dos processos de exclusão, desigualdades e vulnerabilidades estão no foco central de atuação deste profissional.

Para Santos (2005), desde que o paradigma da modernidade se reduziu ao desenvolvimento capitalista, as sociedades passaram a viver as contradições dos princípios de emancipação, ou seja, de igualdade e integração social *versus* a regulação ou seja, os processos de desigualdades e exclusão capitalistas. Assim, define desigualdade como um sistema hierárquico de integração, no qual quem está na posição inferior está incluído e sua presença é indispensável. Já os processos de exclusão, se dão também num sistema hierárquico, mas desta vez, quem está na posição inferior está fora (SANTOS, 2005).

Sublinhamos, portanto, a importância da terapia ocupacional em compreender e atuar nos processos de desigualdades e de exclusão, que abrangem dimensões plurais e intrínsecas aos processos de vida da maior parte da população, e se estabelecem nas complexidades da vida no cenário neoliberal.

[...] algumas formas de se fazer terapia ocupacional têm, no contemporâneo, invertido a lógica disciplinar e produzido caminhos que apontam para a direção oposta, afirmando o direito à diferença e encontrando positividade em formas de vida, as mais singulares e em situações, as mais adversas (LIMA, 2003, p. 65).

A ampliação de terapeutas ocupacionais implicadas e engajadas na luta pelos direitos sociais e humanos de sujeitos e coletivos tem sido um pilar fundamental da profissão, associada à compreensão da potencialidade da diversidade humana e cultural a qualquer sociedade na busca pelo exercício pleno da emancipação e cidadania. O que “[...] significa superar la dominación jerárquica común a mejor redistribución de poder y recursos” (GALHEIGO, 2012, p. 180).

El terapeuta ocupacional es el profesional que tiene las mejores estrategias para la mirada de inclusión, reconocido por su trabajo con la ciudadanía como derecho, para la construcción de políticas públicas inclusivas, equitativas y sustentables (SILVA et al., 2017, p. 110).

Por isso, necessariamente uma terapia ocupacional ativa neste processo de transformação social, devem assumir seu compromisso ético-político na busca pela inversão das práticas e lógicas as quais a população com quem hegemonicamente trabalha, é alvo direto e perverso (LIMA, 2003).

Considerando essa concepção crítica, sensível e cultural, pautada no compromisso ético-político e interessada em produzir saberes-fazer em terapia ocupacional, temos a necessidade de compreensão ampliada da estrutura macrosocial a que estamos submersos; a busca pela produção de práticas e estratégias de resistência contra hegemônicas, que não fragmentem, classifique, hierarquize ou aniquile a vida; que considere a importância da cultura e a interculturalidade, como ação e preceito ético; que desmaterialize a atividade e a compreenda como ação vital e ancestral da experiência humana; que respeitem os corpos e todas suas marcas e corporeidades; que considere a própria natureza não apenas como ambiente, mas que recupere a própria dimensão humana como natureza e sua imutável interdependência e, por fim, que a complexidade das vidas não sejam consideradas necessariamente como diagnósticos, anormalidades, disfunções ou problemáticas, mas, acima de tudo, sujeitos e coletivos potentes com direitos de (r)existir.

O mundo tão diverso e plural tem sido subtraído à uma lógica da acumulação e produção estabelecidas como únicas e a dominação necessária para sua sustentação, resultando no enfraquecimento dos laços de criatividade, o que diminui nossa fé e crença em nós mesmos, nas capacidades humanas, no potencial do fazer, coletivo, genuíno, real (FURTADO, 2012).

Por outro lado, facilita a entrada de medidores e de relações flácidas e materiais, o capital assume o papel de fazer e desfazer do mundo, como um organismo vivo.

As descontinuidades entre presente e passado não são apenas frutos de rupturas criativas; mais comumente, refletem a prevalência da lógica da acumulação sobre a coerência do sistema de cultura (FURTADO, 2012, p. 77).

Santos (2001) também desvela que mesmo em meios as formas dominantes, geradoras de competitividade e miséria, existe a possibilidade para uma nova sociedade, pois este cenário no qual vivemos não é irreversível. Uma nova forma de globalização, que culmina a partilha da contestação e da dissolução das ideologias fundantes “[...] o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato” (SANTOS, 2001, p. 21).

Neste sentido, uma perspectiva crítica, complexa e situada, tais como as Terapias Ocupacionais do Sul, devem ser pertinentes e coerentes às suas práticas realmente engajadas, conectada às variadas dimensões da vida humana e atravessada pelos conceitos como cotidiano, ação humana,

práxis, diversidade humana e cultural, direitos humanos, equidade, justiça social, cidadania e participação (GALHEIGO, 2012; SIMO ALGADO et al., 2016).

A perspectiva crítica ressalta os valores de igualdade, equidade e o posicionamento ético e político e, para além desses princípios, ressaltamos a necessidade de romper com os processos de dominação e hierarquização que engendram as desigualdades e exclusões de grande parte da população. A compreensão, afirmação e atuação da terapia ocupacional neste sentido de ruptura, não está consolidada e podem sequer fazer parte do arcabouço de princípios de alguns terapeutas ocupacionais.

Logo, se exige uma ética e um posicionamento que devem ser assumidos, considerando os direitos sociais e humanos, a cidadania e a participação social como campos e metas engendrados pela terapia ocupacional. A dimensão cultural da vida, o direito a existir/ser e se expressar com dignidade depende de um contexto, por isso, revela-se a necessidade de uma atuação que seja respaldada pelo respeito à diversidade e por um compromisso ético-político intrínsecos a um fazer engajado, que zela para reflexividade e pela análise contextual e complexa, pela consideração do afeto em detrimento a neutralidade e a falta de posicionamento.

É perceptível que para atender as exigências, respaldada pelo compromisso ético político, as possíveis terapias ocupacionais devem se responsabilizar por atualizar e reinventar suas compreensões, conceituações, práticas e fazeres em detrimento do cenário atual, contando com a reflexividade, dialogicidade e uma ciência responsável para que a reinvenção esteja atenta e conectada sempre às reais demandas que os sujeitos e coletivos desvelam.

Para a construção de novos pressupostos, estratégias de cuidado, práticas, encontro com o outro, os processos terapêuticos-ocupacionais precisam se questionar quanto aos seus modelos, padrões, posicionamento, terminologias e éticas com as quais se constituiu como profissão e ciência.

Estas nuevas posiciones teóricas, comprensivas en TO, requieren de un acompañamiento permanente de la interrogación. De una postura crítica, transformadora del mundo social del cual somos parte, preguntándose sobre los supuestos de la TO, lo obvio, lo natural (CORDOVA, 2012, p. 23).

Galheigo (2012) aponta que para entender a perspectiva crítica e complexa da terapia ocupacional,

é necessário entender as origens da profissão para que se possa refletir então os ditos “problemas”, “disfunções” e “falhas” que foram apontados como objetivo da profissão:

[...] el discurso de que el papel primordial de la terapia ocupacional es la adaptación de los individuos a la sociedad trae por supuesto que esa sociedad no presenta problemas (GALHEIGO, 2012, p. 178).

Considerando a importancia

[...] de crear una profesión relevante para la sociedad, se adentra en un paradigma crítico, basado en la creencia en la dignidad humana y en nuestra capacidad de mejorar la realidad actual

sob a ótica do empoderamento, direitos humanos, cidadania, inclusão e sustentabilidade (SIMO ALGADO, 2015, p. 25).

Todos estes aspectos desvelam uma prática que é feita a partir da contestação crítica: do sistema, das individualizações, dos recursos capitais, das formas de fazer, medir, mensurar, acolher, escutar e assim, quem sabe, criar. Nesta direção, também se questionam os processos de colonização do saber, as importações de modelos únicos e o que a América Latina tem produzido para atender as questões, ambientes, pessoas e contextos que são tão particulares.

Quando produzimos saberes e práticas, produzimos identificações, produzimos terapias ocupacionais. Dentre as identificações, constituídas na história latino-americana, temos tanto a valoração do individual e do universal como a valoração dos coletivos e dos contextos. Entretanto, tem sido a última que tem se destacado como a mais importante identificação em curso na Terapia Ocupacional latino-americana pós-1990 (GALHEIGO, 2014, p. 220).

No processo tanto de conhecimento de suas atividades, cotidianos, histórias e trajetórias de vida, quanto de composição de estratégias de cuidado, assistência e construção de redes de suporte, novas epistemologias passaram a ser produzidas não apenas na América Latina, como nos países do Sul (GALHEIGO, 2012).

São formas que rompem com o fazer produtivista, com os domínios colonizadores, com as fragmentações. Romper com dominações e controles que nos levam muitas vezes a processos de fragilização e violências depende de ações voltada para uma luta pela garantia

e ampliação de direitos, algo que a terapia ocupacional encara no decorrer de sua existência. Como aponta Santos (2001, p. 171) toda esta construção perversa e verticalizada não é irreversível, mas existe muita possibilidade para uma construção de mundo novo, consciente, que transforme os territórios e crie novos caminhos.

Cidadania e direitos sociais e humanos são temáticas que perpassam os caminhos de uma terapia ocupacional engajada e crítica que, ao tomar consciência das questões atuais da realidade que a cerca, se conscientiza que seu trabalho e sua própria condição de existência necessariamente estão, em maior ou menor grau, interconectados às desigualdades, fragilidades, rupturas, violências e aos sofrimentos produzidos, alimentados e impactados pelos modos de vida próprio dos sistemas capitalistas neoliberais.

Como um direito a ser garantido, que está presente no cotidiano, a cultura se faz dimensão de ação da terapia ocupacional, e o campo das políticas culturais podem e devem ser mais apropriados, contextualizados para serem compreendidos de forma que revelarão aspectos e caminhos pelos quais a luta e a atuação podem se desenvolver.

Ainda considerando os esboços sobre a terapia ocupacional aqui expostos, corroboramos com Furtado (2012, p. 52) quando nos provoca:

[...] meus amigos, a cultura também está impregnada em todos os momentos de nossa vida. Eu diria mesmo que a dimensão cultural do nosso cotidiano é o mais significativo no que respeita a uma política cultural.

As perspectivas, práticas e éticas comunitárias, sociais, culturais entre outras nas terapias ocupacionais, promovem concepções e abordagens que encontram na dimensão coletiva e plural novas formas de compreensão sobre a própria dimensão dos modos de vida, seus cotidianos e de suas ocupações e atividades humanas.

As terapias ocupacionais engajadas politicamente e contextualmente, entendem a cultura em todas as suas dimensões como composição ou parte intrínseca às atividades humanas, atividades estas que influenciam e são influenciadas pela racionalidade neoliberal, em sua forma mais perversa, que sistematiza uma lógica definitiva a qual não poderíamos agir contra, propondo uma definição alienante.

A partir de uma perspectiva crítica e sensível, consideramos os sujeitos-coletivos de forma contextualizada e os fenômenos complexos que permeiam suas vidas são compostos por diversas

dimensões: sociais, políticas, ambientais, simbólicas, econômicas e, portanto, culturais (SILVA et al., 2017).

Eis que, nas reflexões e convites propostos neste ensaio, a cultura, como estratégia de valorização do ser e da diversidade, o direito cultural, simbólico, social, cidadão e econômico, quando juntos, compoem uma prática crítica e consciente da terapia ocupacional, podem se revelar na contra hegemonia das relações, uma possibilidade frutífera e sensível de cuidado do outro, dos sujeitos e coletivos, com resistência ao *modus operandi* que tenta nos enfraquecer e isolar uns dos outros.

Los quehaceres diarios, pasados o recientes, la trayectoria y las experiencias que vienen de las acciones y emociones componen y construyen los modos de vida de una persona, tales modos, llenos de intenciones, valores y actitudes relacionales, materiales o inmateriales, constituyen una cultura. La diversidad es el lazo que conecta el hacer cultural con el encuentro con el otro. [...] La cultura implica y comprende el hacer y la creación de individuos y grupos, al mismo tiempo, influyendo y siendo expresada por las actividades humanas. Además, la cultura es comprendida como eje central del desarrollo. Sí, la terapia ocupacional por supuesto tiene muchas condiciones para, a partir de sus paradigmas Crítico y Social, interferir directamente en las condiciones sociales de los individuos y comunidades, que deben hacer un camino de respeto e inclusión a la diversidad humana (SILVA et al., 2017, p. 111).

Silva et al. (2015) citam que frente aos paradoxos e conjunturas sociais vigentes, a cultura como expressão humana mais genuína, pode fomentar transformações e o engajamento para a luta a favor das diferenças, o que é valioso e relevante para a atuação da terapia ocupacional.

O ser humano, na sua pluralidade de características, comportamentos e fazeres, não encontra lugar para existir nessa diversidade sem esbarrar em violações amplas de seus direitos básicos (SILVA et al., 2016, p. 202).

Dessa forma alinham-se aqui todas as dimensões citadas: cidadã, simbólica e econômica a partir de uma terapia ocupacional que esteja consciente de seu papel profissional frente às problemáticas sociais interconectadas, refletidas e produzidas a partir da macroestrutura política, econômica, epistemológica e cultural, dimensões que corroboram e sustentam as terapias ocupacionais do Sul.

5 Um Convite para Refletir e Propor uma Terapia Ocupacional Engajada

As reflexões propostas nesse ensaio nos fazem percorrer um caminho que nos conduz a compreensão sobre a cultura enquanto elemento intrínseco ao ser humano, na relação com os outros em sociedade. Suas dimensões nos trazem para a sua concretude e magnitude existente nas atividades humanas, que compreende a dimensão cultural enquanto direito de toda e qualquer pessoa, reconhece a capacidade e a potencialidade da criação de símbolos, significados e múltiplas possibilidades de ser, estar e se relacionar com e no mundo e também como elemento gerador de produtos e valores, contribuindo para o desenvolvimento local, de maneira sustentável e inclusiva.

Também nos conduz a uma compreensão sobre a capacidade real que o modo social de produção capitalista possui de se apropriar das potencialidades humanas, na medida em que se metamorfoseia através do liberalismo e posteriormente do neoliberalismo, em que para além da economia, produz efeitos na subjetividade humana, gerando, assim, novas formas e relações sociais, captando, socializando e transformando em produtos, elementos inerentes aos seres humanos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nos leva a identificação e a denúncia de uma crise ideológica que afeta diretamente os modos e possibilidades de vida dos seres humanos. Especificamente no campo da cultura, essa *crise*, se avaliada como propõe a etimologia da própria palavra, pode nos abrir a possibilidade de análise e discriminação dos elementos contidos subliminarmente nos discursos e ações que compõem essa nova racionalidade, ou seja, a racionalidade neoliberal.

Porém, encontra-se em curso uma nova forma de pensamento social onde há uma recusa a toda forma de pensamento crítico (SODRÉ, 2017). Ao exercício reflexivo deste trabalho, nos cabe aferir que essa recusa ao pensamento crítico faz parte dessa nova ideologia, onde se faz necessário a camuflagem de discursos e projetos políticos/ideológicos.

Para a economia e a política, a crise se caracteriza em cortes de financiamento e interrupção de fluxos econômicos. Transpondo a crise na visão da economia política, seria fidedigno dizer que, para a cultura isso resulta em mais cortes no investimento em todas as suas dimensões. Ou seja, a cultura na cidade-mercado transforma-se, assim como todos os direitos fundamentais do ser humano, em mercadoria (SODRÉ, 2017) e, pautada pela visão

da economia política, a crise vira sinônimo de falta de financiamento para a vida.

Porém, vale ressaltar que a luta contra-hegemônica e a crise estrutural na cultura sempre esteve presente, principalmente nos grupos sociais marginalizados e estigmatizados (SODRÉ, 2017), sendo o movimento de resistência e criação contra hegemônica, intrínseco ao campo da cultura.

As terapias ocupacionais, propostas neste ensaio, se posicionam enquanto profissão engajada em criar possibilidades, rupturas e resistências para a garantia de significar e/ou ressignificar as distintas e múltiplas formas do ser político, ou seja, na compreensão de um ser que ao agir, compreende-se como parte, em conexão que gera alterações em toda a sociedade.

Seu papel no campo da cultura estabelece uma relação de articulação entre as dimensões da cultura, o ser humano em sua plenitude, isto é, a partir de suas atividades humanas no individual e no coletivo. Em que uma leitura do micro social para o macrosocial se faz necessária e presente.

A partir de estas experiencias, el terapeuta ocupacional se revela como un profesional articulado entre la fruición, promoción, producción y gestión cultural para promover de forma amplia e integrada las diferentes dimensiones de la cultura, simbólica, económica y ciudadana, implicadas en las ocupaciones de las personas y de los colectivos, en la promoción de sus propias culturas y en defensa de la ciudadanía, de la pertenencia, de la diversidad y de los derechos sociales y humanos (SILVA et al., 2017, p. 116).

Considerando os limites deste ensaio, visamos tecer elementos que conectem e suscitem provocações reflexivas entre a racionalidade neoliberal e a terapia ocupacional como ciência e prática e a dimensão da cultura expandindo as possibilidades de olhar para a dimensões da vida humana através de referenciais e pressupostos que sustentam os necessários engajamentos e compromissos éticos e políticos.

Buscamos contribuir com produções, reflexões e ações que possam encontrar outras vias de resistência, tolerância, respeito e primazia à vida, uma revolução dos modos de fazer, pensar e produzir, que sejam criativos, emancipatórios e democráticos.

Permitam-me acrescentar que atribuir a si mesmo responsabilidade pelo mundo é um ato ostensivamente irracional. A decisão de assumi-la, complementada pela responsabilidade por essa decisão e suas consequências, contudo, é a última chance de

salvar a lógica do mundo da cegueira que ele sofre [...] (BAUMAN, 2015, p. 98).

A partir do tema exposto, temos novas exigências para as terapias ocupacionais que envolvem ampliar as compreensões macroestruturais da vida humana, a reflexividade para produção de aprendizagens acerca de temáticas nem sempre abordadas na formação e mesmo na prática cotidiana da profissão, novas construções de conhecimento, conceitos, uso de termos e discursos e novas ferramentas teórico-práticas. Afinal, ninguém está excluído dessa racionalidade e atuar sobre ela conscientemente pode ser uma tarefa complexa, que exige trabalho coletivo e disponibilidade para pensar e repensar caminhos, estratégias alternativas, como a que é proposta neste ensaio: um fazer culturalmente relevante, resistente e sensível.

Referências

- ADICHIE, C. N. *The danger of a single story*. [s.l.]: TED Talks, 2009. Disponível em: <www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story>. Acesso em: 21 maio 2018.
- ANTUNES, R. L. C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- AUGUSTIN, A. C. O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2011. p. 1-22.
- BARBALHO, A. Em tempos de crise: o MINC e a politização do campo cultural brasileiro. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, 2017. <http://dx.doi.org/10.9771/pcr.v10i1.22014>.
- BAUMAN, Z. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BAUMAN, Z. *A cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BAUMAN, Z. *A riqueza de poucos beneficia todos nós?* Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BRASIL. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CR IATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>>. Acesso em: 1 nov. 2017.
- BRASIL. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/IIICNCultura/metad-do-plano-nacional-de-cultura.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- CANCLINI, N. G. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO BRASIL, 2003. p. 21-38. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2016.
- CASTRO, E. D.; SILVA, D. M. Atos e fatos de cultura: territórios das práticas. Interdisciplinaridade e as ações na interface da arte e promoção da saúde. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 102-112, 2007. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v18i3p102-112>.
- CHAUI, M. Cultura e democracia. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 53-76, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2018.
- CORDOVA, A. G. Enfoque y praxis em la terapia ocupacional: reflexiones desde una perspectiva de la terapia ocupacional crítica. *TOG (A Coruña)*, Galicia, v. 9, n. 5, p. 18-29, 2012. Disponível em: <<http://www.revistatog.com/mono/num5/prologo.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2018.
- DAGNINO, E. Políticas culturais, Democracia e Projeto Neoliberal. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 45-65, 2005. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_15/15_dossie_EvelinaDagnino.pdf>. Acesso em: 1 maio 2018.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FURTADO, C. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- GALHEIGO, S. M. Perspectiva crítica y compleja de Terapia Ocupacional: atividade, cotidiano, diversidad, justicia social y compromiso ético-político. *TOG (A Coruña)*, Galicia, v. 9, n. 5, p. 176-187, 2012. Disponível em: <<http://www.revistatog.com/mono/num5/compromiso.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2018.
- GALHEIGO, S. M. Sobre identidades, latinoamericanidades e construção de saberes em terapia ocupacional: diálogos com Boaventura de Souza Santos. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 215-221, 2014. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.023>.
- HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- LIMA, E. M. F. A. Desejando a diferença: considerações acerca das relações entre os terapeutas ocupacionais e as populações tradicionalmente atendidas por estes profissionais. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 64-71, 2003. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v14i2p64-71>.
- SANTOS, B. S. *El milenio huérfano: ensayos para una nueva cultura política*. Madrid: Editorial Trotta, 2005.
- SANTOS, B. S. *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social: encuentros en Buenos Aires*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

- SANTOS, B. S. Más ala del pensamiento abismal: de líneas globales a una ecología de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (Org.). *Epistemologías del Sur: perspectivas*. Madrid: Tres Cantos, 2014. p. 21-65.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2010. (Série Conhecimento e Instituições).
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, C. R. et al. Um corre inusitado: arte, cultura e a população em situação de rua. *Expressa Extensão*, Pelotas, v. 20, n. 1, p. 72-79, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/5018/5403>>. Acesso em: 1 maio 2018.
- SILVA, C. R. et al. Arte e cultura para promoção dos direitos humanos junto a usuários de saúde mental. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 8, n. 20, p. 200-213, 2016. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/3988/4796>>. Acesso em: 1 maio 2018.
- SILVA, C. R. et al. La terapia ocupacional y la cultura: miradas a la transformación social. *Revista Chilena de Terapia Ocupacional*, Santiago, v. 17, n. 1, p. 105-117, 2017. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-5346.2017.46383>.
- SIMO ALGADO, S. A. Una terapia ocupacional desde un paradigma crítico. *TOG (A Coruña)*, Galicia, v. 7, p. 25-40, 2015. Disponível em: <<http://www.revistatog.com/mono/num7/critico.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2018.
- SIMO ALGADO, S. et al. *Terapias ocupacionales desde el Sur: derechos humanos, ciudadanía y participación*. Santiago: Editorial USACH, 2016.
- SIMO ALGADO, S.; OLLER, J. Terapia ocupacional y emprendeduría social: un diálogo necesario. *TOG (A Coruña)*, Galicia, v. 10, n. 18, p. 1-19, 2013. Disponível em: <<http://www.revistatog.com/num17pdfs/maestros.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2018.
- SODRÉ, M. A cultura como crise. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 11-22, 2017. <http://dx.doi.org/10.9771/pcr.v10i1.24535>.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VILUTIS, L. *Cultura e juventude: a formação dos jovens nos pontos de cultura*. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ZORZAL, M. F. *O discurso da competência para o trabalho e a educação em tempos neoliberais: a história reeditada como farsa?* 2006. 309 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

Contribuição dos Autores

As reflexões deste texto decorrem do tema de pesquisa das mestrandas Marina Sanches Silvestrini e Ana Carolina Almeida Prado, sob orientação de Carla Regina Silva, em construção teórica coletiva do Laboratório Atividades Humanas e Terapia Ocupacional (AHTO). As autoras trabalharam juntas no processo de construção, redação e revisão. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Fonte de Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar.

Notas

- ¹ O termo refere-se à manutenção dos fenômenos sociais sem o objetivo de mudança.
- ² Cunhado por Foucault, o termo refere-se às formas de gerenciamento de condutas, não só acerca dos sujeitos externos, mas também acerca das próprias condutas (DARDOT; LAVAL, 2016).
- ³ Expressão que representa uma afirmativa liberal na qual o mercado e seus fluxos deveriam ser livres, pois, sem interferência alguma, este conseguiria manter seu funcionamento adequado e seria a efetiva fórmula de crescimento das sociedades capitalistas.
- ⁴ Refere-se às formas de compreensão e apreensão do mundo.